



22ª Conferência Nacional
d@s Bancári@s 2020

Bancários realizam a 22ª Conferência Nacional

No momento mais adverso do país, com conjunturas políticas e econômicas desfavoráveis, acompanhadas por uma completa destruição dos direitos trabalhistas, e no meio da mais grave crise pandêmica do século, os bancários e bancárias de todo o Brasil intensificam a mobilização por nenhum direito a menos. É com esse espírito que a categoria realiza, nesta sexta-feira (17) e sábado (18), a 22ª Conferência Nacional dos Bancários.

Apesar de o evento ser realizado por videoconferência, como todas as demais atividades da Campanha Nacional deste ano, a distância não limita a luta da categoria. O teletrabalho, o aumento real de salários, a manutenção do emprego e reajustes da PLR e demais benefícios deverão constar entre os itens prioritários da minuta de reivindicações. A Contraf-CUT fechou uma parceria com influenciadores digitais para a divulgação do evento em diversas redes. Veja como participar, acessando www.pactu.org.br

Sindicatos do Pactu agendam assembleias para aprovação da pauta

Os sindicatos do Pactu (Paranavaí, Campo Mourão, Toledo, Umuarama e Guarapuava) já publicaram os editais convocando os bancários e bancárias de suas respectivas regiões para participarem das assembleias extraordinárias. A categoria vai deliberar sobre aprovação da minuta de pré-acordo de negociação e minuta da pauta de reivindicações da categoria. As assembleias do Pactu vão acontecer simultaneamente, de forma virtual, a partir das 18h de segunda-feira, 20/07, até as 22h do dia 21/07. Podem votar todos os bancários e bancárias dos bancos públicos e privados, sócios e não sócios. Confira os editais em www.pactu.org.br

36º CONECEF

Na Caixa, pauta inclui luta pela democracia e contra a privatização

Nos dias 10 e 11/07, 265 delegadas e delegados de todo o país participaram do 36º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef). Eles definiram as estratégias de luta e a pauta de reivindicações específicas para a Campanha Nacional 2020. O primeiro eixo inclui a defesa da democracia e da Caixa 100% pública. Saúde, condições de trabalho e mais contratações estão entre as demais reivindicações. Os delegados pelo Pactu foram Maria Cristina Ramos, de Umuarama, e Zelário Bremm, de Toledo. Leia mais em www.pactu.org.br

31º CNFBB

Funcionários do Banco do Brasil elege prioridades

A manutenção de direitos dos funcionários durante o período de pandemia da covid-19, mesa única de negociações na Campanha Nacional 2020 e luta contra o sucateamento do banco estão entre as bandeiras de luta dos funcionários do Banco do Brasil. As reivindicações específicas foram definidas durante o 31º Congresso Nacional dos Funcionários BB, realizado nos dias 10 e 12/07, por videoconferência. "Os debates auxiliam a organização do movimento sindical e dos funcionários do BB para o enfrentamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores e para a luta contra a privatização do banco", explica Luís Marcelo Legnani, de Campo Mourão, que representou o Pactu no evento ao lado de Silene Aparecida Paulino de Souza, de Paranavaí. Mais informações em www.pactu.org.br

Encontros definiram planos de luta nos bancos privados

Como parte do calendário da Campanha Nacional dos Bancários 2020, além dos congressos do Banco do Brasil e da Caixa, no decorrer da semana ocorreram também os encontros nacionais dos bancos privados. No dia 14/07 foram realizados os encontros dos empregados do Itaú, do Bradesco e do Santander. Além de análise de conjuntura, os participantes debateram teletrabalho, garantia da mesa única de negociação, emprego, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho e, defesa das empresas públicas. Todos os encontros foram realizados por videoconferência, em decorrência da pandemia causada pelo novo coronavírus. Leia mais em www.pactu.org.br

Covid-19

Imunidade de rebanho, como quer Bolsonaro, seria um genocídio



Não há evidências de que o Brasil ou alguma área do país tenha atingido a imunidade de rebanho contra a covid-19

O presidente Jair Bolsonaro tem sido criticado pela maioria dos brasileiros e por autoridades e imprensa no mundo todo, em relação à política de enfrentamento à covid-19. Bolsonaro já fez piadinhas, quebrou regras de distanciamento social, boicotou iniciativas de combate à pandemia e chegou a afirmar que não era problema do governo a morte de milhares de pessoas.

GAROTO PROPAGANDA - Mesmo em isolamento, após testar positivo para a covid-19, Bolsonaro divulga vídeos onde aparece ingerindo hidroxocloroquina e defendendo o uso do remédio, cuja eficácia foi descartada em vários estudos no Brasil e outros países. A postura de Bolsonaro é tão incompatível com o cargo que ele exerce, que fica a dúvida se ele foi mesmo infectado pelo vírus ou se tudo não passa de mais uma de suas armações para, depois, defender ainda com mais veemência seus argumentos para minimizar a pandemia.

‘É SÓ UMA CHUVINHA’ - Sem um ministro da Saúde há mais 60 dias e sem estratégia

alguma no combate à pandemia, Bolsonaro diz que a doença é como uma chuva que “vai pegar todo mundo”.

Deixa claro que sua principal proposta é a imunidade de rebanho. Isto significa deixar que a maioria da população seja infectada. Quem não resistir, morre. A outra parte, supostamente, cria imunidade e protege indiretamente uma pequena parcela que não teria contato com o vírus.

700 MIL MORTES - Se o Brasil seguir por esse caminho, a tragédia será muito maior do que as quase 80 mil mortes já registradas. Estudos concluíram que para a covid-19 o conceito de imunidade de rebanho não se aplica. No caso do Brasil, seriam infectadas 70% da população.

Numa estimativa conservadora, o país perderia 700 mil vidas. Ao defender a imunidade de rebanho, Bolsonaro tem atitude de um genocida. Isto levou o ministro do STF, Gilmar Mendes, a cobrar uma reação imediata do Exército e demais instituições, alertando que não se pode compactuar com essa ideia.

STF DECIDE: Covid-19 é acidente de trabalho

A Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) sempre teve papel fundamental do ponto de vista da assistência e direitos do trabalhador, quando esse é afastado do trabalho por motivo de doença ocupacional. No entanto, nesse período de pandemia, o governo Bolsonaro tentou mudar as regras: publicou a Medida Provisória 927, com dois artigos prevendo que a contaminação do trabalhador por covid-19 não seria considerada doença ocupacional. Com isso, o trabalhador contaminado perdia o direito ao auxílio doença acidentário e outros benefícios, além da estabilidade no emprego após a alta médica e retorno ao trabalho. A proposta passou pela Câmara e o Senado sem mudanças. Coube ao Supremo Tribunal Federal (STF) evitar que os trabalhadores tivessem mais essa perda. Por maioria de votos, o STF suspendeu a eficácia de dois artigos da MP, permitindo, por consequência, a análise de eventual enquadramento da contaminação pela Covid-19, como doença ocupacional. A proposta de Bolsonaro prejudicava diretamente as categorias profissionais que atuam na linha de frente no atendimento às vítimas do novo coronavírus, como os médicos, enfermeiros e outros profissionais do setor. Mas também atingia trabalhadores de outros setores, que lidam diretamente com o público, como é o caso dos bancários. Com a decisão do Supremo, estão mantidos os benefícios, além de uma possível indenização em caso de morte ou dano permanente. Por isto a orientação é, em caso de afastamento, exigir a emissão da CAT.

Governo autoriza patrão demitir e recontratar com salário menor

Mais uma vez Jair Bolsonaro põe nas costas dos trabalhadores a conta da sua própria incompetência e da sua equipe econômica, liderada pelo ministro da Economia, o banqueiro Paulo Guedes. No dia 14/07, Bolsonaro assinou uma portaria em que autoriza o patrão a demitir o empregado e recontratá-lo em seguida com salário menor. Detalhes em www.pactu.org.br